

A CIDADE SOBRE OS OMBROS: TRABALHO E CONFLITO NO PORTO DE MANAUS (1899-1925)*

*Maria Luiza Ugarte Pinheiro***

A recuperação do papel ativo que uma dada categoria de trabalhadores — os estivadores — exerceu na configuração assumida pela cidade de Manaus, no período tradicionalmente identificado com a expansão da economia gumífera na região amazônica, foi o alvo prioritário desta dissertação. Buscou-se trabalhar com as experiências desses sujeitos sociais recuperadas na sua relação com a cidade e, para tanto, partiu-se do pressuposto de que o espaço urbano é instituído a partir da experiência de seus próprios habitantes, sendo importante perceber que existe uma relação de interação entre o fazer-se dos trabalhadores e o fazer-se da própria cidade.

O recorte temporal adotado favoreceu a utilização dessa perspectiva, pois pôde-se perceber melhor a cidade transformando-se e buscando uma consolidação. A acentuada característica de entreposto comercial para o escoamento da produção de borracha ligou-a intimamente ao seu porto e ao processo de estivagem, ambos em formação e consolidação como a própria cidade.

Foi dessa estruturação que emergiu o papel primordial desempenhado pelos trabalhadores ligados ao porto, como os catraieiros, os carroceiros e os próprios estivadores. Nessa Manaus comercial que escoava os produtos dos seringais da Amazônia para a Europa e Estados Unidos e recebia deles toda uma gama de produtos manufaturados,

* Dissertação de mestrado em História defendida em setembro de 1996 no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Helölsa de Faria Cruz.

** Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas.

pouco espaço havia para o desenvolvimento de atividades mais distanciadas dessa característica, como as industriais, que foram sempre, ao longo do período, bastante incipientes. Era no setor de serviços que se concentrava a maior quantidade de trabalhadores, e, dentre eles, os estivadores despontavam como uma das maiores categorias existentes na cidade. O próprio estado de formação incipiente da atividade portuária — um porto moderno só seria construído ao longo da primeira década do século —, ainda incorporando pouquíssimos recursos tecnológicos, favorecia essa concentração.

Acompanhar os estivadores manauaras nos diversos espaços da cidade propiciou uma melhor percepção de que as transformações que estavam sendo postas em prática foram experimentadas de forma diferenciada pelos seus diversos habitantes. Desta forma, pelo viés do trabalho, pôde-se refutar as vigorosas representações que projetavam para Manaus um passado idílico, baseado no progresso e na harmonia social.

É correto afirmar que Manaus floresceu à sombra do *caucho*, assimilando inovações tecnológicas de ponta em seu aparato urbano (luz elétrica, água encanada, bondes, rede de esgotos, telégrafo e telefonia, etc). É igualmente correto reconhecer que tais incorporações tecnológicas suscitaram numa parte da população local (e mesmo em um punhado de visitantes) um forte fascínio que, no extremo, os levou a entender a cidade como uma pequena metrópole incrustada na selva, lugar onde todos se compraziam com o doce e quente *valdeville*.

Esse fascínio foi, em boa medida, assimilado pela produção historiográfica regional, que desde então tem se empenhado numa valoração acentuadamente positiva do fenômeno urbano engendrado pela economia gumífera, fenômeno esse sempre recuperado como um exemplo maior de força da “modernidade burguesa” a impor elementos de “civilização” à selva circundante, cujo primitivismo e arcaísmo haviam dado a tônica da vida regional nos séculos anteriores. Mesmo nos raros momentos em que no conjunto dessa produção — marcadamente conservadora e apologética — emergiam lampejos de crítica social ao processo histórico decorrido nos marcos do chamado “ciclo da borracha”, a dicotomia entre “metrópole moderna” e selva primitiva era fortalecida. Dessa forma, enquanto o seringal era visto como o espaço da perdição, ligado a formas rudimentares de produção, do mandonismo arbitrário e truculento do seringalista, do trabalho insano, do paludismo, do beribéri, do flagelo e da morte do nordestino, a cidade era percebida como sendo a sua antítese, espaço da realização do mundo burguês, europeizado e asséptico. Ao “inferno” do seringal, a borracha oferecia, como numa justa

contrapartida, a “cidade risonha”, harmônica e próspera, em cujo sucesso se legitimava e reforçava o modelo de exploração vigente à época na região.

Assim, a verdadeira ode empreendida ao “ciclo da borracha” produziu a Manaus idealizada que ainda hoje acalenta esperanças de retorno a um passado de prosperidade, progresso e enriquecimento. A produção da “Manaus: Paris das Selvas” foi um empreendimento árduo a que se empenharam gerações de manauaras “ilustrados” desde os anos 20. Seus principais expoentes vivenciaram não o apogeu da borracha (ainda eram crianças ou jovens de tenra idade), mas o período subsequente, da lenta degradação da cidade que a decadência do extrativismo da goma elástica engendrou.¹ O fascínio foi gerado, portanto, a partir de uma sensação de perda materializada nos anos 1940, na total falência dos principais serviços urbanos. Foi essa sensação que impeliu boa parte da jovem intelectualidade manauara a um recuo saudosista, pouco propenso a ver na “cidade do caucho” manifestações degeneradas da vida urbana como aquela por eles vivenciada.

O resultado desse processo de criação foi a emergência de imagens harmoniosas de convivência social, nas quais os conflitos e a violência eram desconsiderados, tidos como inexistentes ou irrelevantes. Na “Paris das Selvas” não havia espaços para as contradições sociais, para os conflitos de interesses e as confrontações de classe.

Em Manaus, “não há orgulhos separando classes. Um grande espírito democrático enlaça a todos. As expressões “negro”, “cabra ordinário”, “caboclo safado” só são ditas, com sentido ofensivo, em ocasião de luta. Elas não têm objetivo separatista de raças, racismo, onde se mesclam classes, racialmente. Não há discriminação racial... Isso é traço fundo de democracia logo socialístico (sic).²

1 Arthur César Ferreira Reis, por exemplo, nasceu em 1906 e Mario Ypiranga Monteiro em 1909. Antonio Loureiro e Luis Maximino Correa são de décadas posteriores. Marvignier de Castro, que nasceu em 1895, tinha apenas 16 anos quando a crise se materializou. De qualquer forma, só Agnello Bittencourt parece fugir a essa norma, posto que é de 1876. No entanto, não há como esquecer que, sendo ele filho do Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Governador do Estado do Amazonas entre 1908 e 1912, suas reflexões sobre aquele momento tenham caminhado no sentido de uma valorização positiva do período. Mesmo assim, há grande distância entre seus trabalhos acadêmicos: No “Corografia do Estado do Amazonas”, redigido em 1921 e publicado quatro anos depois, fala mais alto o técnico cuidadoso, o professor de geografia às voltas com o rigor de sua disciplina frente a temas clássicos da área: clima, população, relevo, etc. Já em *Fundação de Manaus*, obra que escreveu e publicou em 1969, quando já contava com mais de 90 anos, o rigor científico anterior cede espaço à abordagem laudatória e apologética, refletindo já a força dessa “tendência” da historiografia regional.

2 Araújo, A. V. *Sociologia de Manaus*: aspectos de sua aculturação. Manaus, Fundação Cultural do Amazonas, 1974, pp. 222-3.

Nessa Manaus despolitizada, o conagraamento era a norma. Todos se uniam em prol dos “interesses comuns” que as oligarquias tão sabiamente souberam expressar e conduzir.³ Quando muito, foi aí, no seio das composições oligárquicas que o conflito era percebido, nunca se materializando verticalmente, a partir, por exemplo, de tensões menos nobres decorrentes do “inculto e obscuro” mundo do trabalho.

Os estudos sobre os estivadores manauaras possibilitaram, entretanto, manter uma larga distância ante tais interpretações e recuperar dimensões silenciadas da luta de classe em Manaus.⁴ Acompanhar a trajetória política dessa categoria se afigurou como uma operação de transposição do denso emaranhado que recobria o corpo social de babados e bordados cintilantes, que serviam muito mais para ofuscar e entorpecer a consciência do que para iluminar o passado.

O estudo dessa categoria constituiu, portanto, uma espécie de passaporte que possibilitava adentrar “no outro lado” de um processo muito mais denso e complexo do viver urbano. Seus pronunciamentos, que chegaram até os dias atuais através da imprensa cotidiana, não faziam concessão às expectativas ordeiras e cordiais como as que poderia desejar uma historiografia “bem comportada”. Estas falas mostravam-se impregnadas de tensões, de descontentamentos, de decepções, de desconfianças frente a um “progresso” que sentiam existir não *por* eles ou *para* eles, mas *contra* eles. Não foi à toa que o moderno porto construído em Manaus com tecnologia inglesa — genericamente identificado como Roadway —, mesmo sendo insistentemente apresentado como um dos marcos desse empreendimento modernizante, foi para os estivadores encarado como um lugar de tormentos, do trabalho insano, da prepotência patronal, das fadigas, dos acidentes, do paludismo, do beribéri, da morte... Dessa forma, com os estivadores

3 Essa visão conciliadora apenas reforçou mecanismos de dominação largamente utilizados pelas elites do Estado, onde a cooptação amparada no ideal do conagraamento das classes era moeda corrente. Em 27 de junho de 1920, o jornal *Vida Operária*, pretensamente um “órgão de defesa das classes laboriosas”, comentava: “Agora que dentro desses vinte dias se vai travar uma grande pugna eleitoral, relativamente ao sufrágio de um novo candidato a curul governamental do Estado; necessário se faz que o corpo comercial dessa terra, o operariado e o [corpo] industrial, jamais se tornem indiferentes nesse grande pleito que se irá ferir brevemente”.

4 Thompson já argumentou no sentido de que a luta de classe antecede o próprio acontecer das classes. No entanto, nascem sempre do seio dessa oposição e luta. Cf. Thompson, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: ?Lucha de Clases Sin Clases?”. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Crítica, 1979, pp. 13-61.

foi possível chegar novamente a um lugar conhecido e perceber que também a cidade tinha seus próprios “seringais”, seus “barracões”, seus “infernos”.

Numa perspectiva renovada para a história de Manaus, como a sugerida pela nova história social, é forçoso que o palacete *Art Nouveau* ceda espaço à impertinência dos casebres e cortiços; que ao barão da borracha que acendia charutos com notas de mil-réis seja contraposto o ritmo lancinante da produção; que o “aspecto folgazão” não ofusque a violência do conflito social e que ao campo da dominação seja trazido um elemento que lhe falta e lhe dá sentido: a luta e a resistência daqueles sob os quais ela cotidianamente recaía.

Recuperar o ato político da fala dos estivadores, materializado nas suas queixas, reivindicações e manifestações coletivas de protesto, foi uma recusa dessa visão tradicional de escrita da história que entende a política como um jogo das elites. Os estivadores participaram do “jogo” político da Manaus da borracha, sofreram com a pressão e a cooptação de seus interesses por parte dos setores dominantes, mas sua participação mostrou-se também repleta de recusas e de lutas pela conquista de sua autonomia.

No período estudado eles foram seguramente a categoria que mais se envolveu em manifestações públicas de protestos e de enfrentamento com o patronato, parando (literalmente) a cidade em vários momentos e deixando seus moradores em suspense por dias seguidos. Das reivindicações intra-muros e dos protestos mais cotidianos de enfrentamento com os fiéis e capatazes das empresas, os estivadores levaram seus protestos para a rua, na forma de greve, em pelo menos oito momentos ao longo do período que analisamos: 1899, 1911 (três greves), 1919, 1923, 1924 e 1925.

Esta simples constatação seria suficiente para relativizar sobremaneira abordagens anteriores que pugnavam pela quase inexistência de movimentos sociais urbanos de caráter popular e “operário” na região, no período estudado.⁵ Em 1982, num importante trabalho de sistematização, Foot Hardman e Vítor Leonard, ressentindo-se de maiores informações a respeito dessa participação política do trabalhador amazonense, afirmaram que “no Amazonas, são mais raros os sinais da presença do movimento operário no período estudado”.⁶ Tal afirmação, no entanto, só se mostra pertinente se estiver refe-

5 Na verdade, boa parte da produção regional sequer anotou a presença física desses segmentos populares. Quanto a participação política e à presença de greves e de outras manifestações dos trabalhadores manauaras, o silêncio é tão gritante que chega a ser ensurdecador. Só em estudos acadêmicos de produção mais recente é que aparecem referências (pouco desenvolvidas, no entanto) desta participação.

6 Hardman, F. F. e Leonardi, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo, Ática, p. 248.

renciada à quase total inexistência de estudos acerca da temática para a região, no período em estudo. Mas mesmo assim, não se pode tomar os silêncios de uma historiografia como sendo os silêncios da própria história. Esta tem se mostrado sempre mais rica à medida que o historiador se dirige ao passado com novos olhares, fruto de inquietações e problemáticas diferenciadas, tornando possível fazer emergir, a partir de um novo diálogo com as fontes documentais, aspectos do viver social que haviam sido relegados na escrita, muito embora estivessem presentes no processo histórico.

Nossas investigações caminharam no sentido de perceber o papel ativo que os estivadores desempenharam, intervindo na cena histórica, pondo em campo seus valores, confrontando-se com os que cobravam deles obediência irrestrita. Mais que a dominação e a cooptação — obviamente presentes e efetivas —, buscou-se mostrar que as transgressões, as resistências, faziam também parte desse processo e influíam no seu resultado.

Não podemos nos iludir, todavia, e pensar que os estivadores de Manaus conseguiram reverter pontualmente a seu favor a pressão exercida por uma estruturação social que lhes ditava um papel preponderante a exercer e um espaço a ocupar. Mas não se pode achar igualmente que sua trajetória tenha se configurado num rosário de derrotas, dada sua suposta fragilidade e/ou inconsciência política. O que a pesquisa empreendida nos mostrou foi algo bastante diverso. Assim, o processo de redução da jornada diária de trabalho — estabelecida em onze horas, no ano de 1899 — foi uma conquista arduamente trabalhada pela categoria, que paulatinamente foi incorporando horas da jornada para o descanso e o lazer. Conseguiram reduzi-la, em 1911, para dez horas e, em 1923, alcançaram e consolidaram a jornada de oito horas, bandeira que empunhavam desde 1919.

Firmaram o processo associativo, consolidando um sindicato que se manteve atuante nas décadas seguintes, e impuseram-se como categoria organizada frente a um patronato pouco propenso ao diálogo e à aceitação destes organismos. A Manáos Harbour, firma inglesa controladora do porto de Manaus e com a qual os estivadores da cidade se confrontaram inúmeras vezes, sempre tentou equacionar as situações de conflito com os trabalhadores, principalmente nos períodos de greve, desconsiderando as associações dos estivadores e recorrendo diretamente aos poderes públicos e às entidades patronais solicitando medidas repressivas severas e pontuais. Apesar de sua grande força política, a Harbour teve inúmeras vezes que ceder à pressão das associações dos estivadores, mediando e assinando acordos com elas, reconhecendo, na prática, não só sua existência mas também a sua força.

A própria trajetória associativa foi fruto de um processo interno de luta e reflexão, muitas vezes externadas em dissidências flagradas pela documentação. Foi essa dinâmica interna que transformou, quase sempre, o rumo dos movimentos paredistas, ampliando-os para além dos limites em que seria possível sofrer um controle ou direcionamento externo.

Muitas de suas conquistas (como as salariais) foram, com efeito, bastante efêmeras e influíram para que não houvesse uma melhoria nas condições materiais de existência dos estivadores ao longo do período. Todavia, há que se indagar a importância delas a médio e longo prazo, não só para consolidar uma tradição de luta e respeitabilidade política, como ainda para demarcar limites mínimos e garantias (segurança contra acidentes, garantia da integridade do salário frente às multas, redução da jornada noturna, custeio de tratamento de saúde, etc.) que deveriam ser assegurados pelos patrões à categoria. É bastante provável que, dada a recorrência com que na greve eram reivindicados certos direitos, os patrões se sentissem tentados a evitar o confronto, cedendo-os de forma irreversível.

Foi exatamente essa percepção de força do movimento — para além de suas efetivas limitações e contradições — que nos impeliu à recusa insistente dos rótulos e das colorações tradicionalmente associadas aos estivadores. O fato de suas opções políticas não terem se coadunado pontualmente com as propostas e idéias de um sindicalismo de cunho anarquista ou marxista não os transformava em defensores da ordem, nem esvaziava o forte conteúdo social e político de suas reivindicações, tornando-as, assim, ilegítimas.

Penetrar nestes intrincados meandros, sem contudo cair nas teias de uma memória que preservou as “falas” do poder e da dominação, no momento mesmo em que jogou um silêncio sobre a trajetória dos segmentos populares, pressupôs uma retomada das fontes tradicionais a partir de outras indagações. Nos arquivos inexistiam referências diretas que pudessem iluminar com segurança a trajetória desses populares. Além do mais, a percepção do nível de comprometimento das fontes preservadas obrigava-nos, quase sempre, a ler as entrelinhas de um discurso oficial, fosse a partir de observações marginais feitas ao final de um relatório, fosse em pequenas notas policiais dos jornais das oligarquias locais. Desvelar os rostos desses trabalhadores implicou um trabalho prévio de retirar os emaranhados ideológicos interpostos por uma memória segregadora e elitista que imputou-lhes adjetivações depreciativas e pouco edificantes.

Basta recorrer ao imaginário popular para ali colher uma boa dose de frases de efeito, eivadas de preconceitos, que associaram a figura do estivador a uma subespécie,

desprovida de “cultura”. Um primeiro elemento de identificação dessa categoria pelo imaginário popular está na idéia generalizada de que ser estivador é ter uma vida ligada estreitamente à miséria, resultado dos ganhos por demais modestos de um trabalho insano e embrutecedor que só mesmo pessoas desprovidas de qualquer aptidão e sem “perspectivas na vida” poderiam aceitar. Na cidade, os estivadores são os trabalhadores braçais por excelência, com a ênfase dada ao uso do braço, exatamente por mostrar que no desenvolvimento de sua atividade, prescindiam de qualquer conhecimento ou instrução.

São vistos também como seres embrutecidos pelo trabalho, o que lhes forjou hábitos cotidianos tidos como pouco sociáveis. “Comer como um estivador”, por exemplo, significa encher um prato na sua capacidade máxima, misturando os alimentos e levando-os a boca com extrema rapidez. Associam a rigidez de seus músculos um comportamento tido como “rude”, visível no trato “grosseiro” com outras pessoas, sempre envolvendo-se em brigas, tumultos, prostituição e alcoolismo.

A superação dessas posturas estereotipadas passou pela recuperação das experiências sociais cotidianas específicas dessa categoria, percebidas a partir dos espaços do seu viver na cidade. Em Manaus, como esses espaços apresentavam-se igualmente hierarquizados, espelhando, em boa medida, a estratificação social existente, a vivência dos estivadores resultou num aproveitamento das potencialidades da cidade assaz diferenciado, uma vez que as suas possibilidades de consumo eram bastante reduzidas em função de uma renda precária que os mantinha na fronteira da indigência.

Muito mais sombrios, no entanto, eram os espaços onde os estivadores tinham que exercer sua profissão, assumindo um conjunto de tarefas fatigantes ao longo de uma jornada extensa e sob a vigilância severa dos encarregados da administração. No cotidiano do trabalho, enfurnados em porões fétidos e armazéns insalubres, mais que o peso das cargas, pesava aos ombros o fardo da arrogância e da prepotência de homens cujo esforço físico era empunhar a pena para assinalar nos livros contábeis os lucros que chegavam-lhes através do suor alheio. Ali também enfrentavam os dilemas colocados pelo imperativo de sua disciplinarização e “adestramento”, reproduzindo tardiamente uma tendência já esboçada em toda a Europa Ocidental durante sua transição para a sociedade industrial.⁷ De igual modo e talvez até com muito mais intensidade, as im-

7 Cf. Thompson, E. P. “Tempo, disciplina del trabajo y capitalismo industrial”. Op. cit., Barcelona, Crítica, 1979, pp. 239-93. Para uma análise da introdução de práticas de racionalização e disciplinarização do trabalho aos moldes do taylorismo no Brasil, cf. Antonacci, M. A. M. *A vitória da razão(?)*: O IDORT e a sociedade paulista. São Paulo, Marco Zero, 1993.

posições no sentido de articular a Amazônia a uma economia internacionalizada sob a égide do capital suscitaram em Manaus dinâmicas novas, muitas vezes em forte antagonismo com os hábitos locais.

Assim, é possível perceber, nos dilemas colocados pelo próprio processo de trabalho, que a composição e a consolidação dos estivadores manauaras como categoria específica dentro da “modernidade amazônica” passaram necessariamente por esse dilema: ter que retornar resultados positivos dentro de uma lógica racionalizadora e pragmática, estando ainda bastante impregnados de noções de tempo e de trabalho muito mais de acordo com as práticas até então vigentes na economia regional. Mesmo a presença no seio da categoria de um número significativo de estrangeiros tradicionalmente afetos ao trabalho da estiva não amenizou essa contradição, mas, ao contrário, interiorizou-a mais ainda, uma vez que esses trabalhadores acabaram por impor à grande maioria dos estivadores “nacionais” um padrão de robustez, aptidão e disciplina que, real ou hipotético, foi freqüentemente valorizado pelo patronato.

Toda essa recuperação de tensões contidas nas práticas vinculadas mais diretamente ao viver cotidiano dos estivadores não foi tarefa das mais fáceis, mesmo porque eles não legaram memórias ou registros que permitissem acompanhá-los com maior segurança pelos meandros da cidade. Seus poucos boletins, notas e documentos reivindicatórios freqüentemente não se reportavam para além do mundo do trabalho. Dessa forma, foi necessário lançar mão de outras falas, buscando informações a respeito dessa categoria, principalmente no discurso jornalístico, nas colunas que davam vazão aos problemas mais corriqueiros da cidade.⁸

Se por um lado a utilização das informações jornalísticas foram importantes por terem possibilitado uma gama variada de informações específicas sobre aspectos do viver dos estivadores manauaras, por outro traziam no seu bojo todo um conjunto de fortes preconceitos e posturas moralistas frente as quais tínhamos que estar atentos. Muitas vezes, por exemplo, sujeitos sociais pertencentes aos segmentos mais popularizados da cidade foram identificados como bêbados, prostitutas e marginais. De igual forma, as demandas e os problemas mais prementes destes sujeitos sociais foram tratados com franco descaso ou ironia.

⁸ Refere-se aqui, em especial, a duas colunas, “Queixas do povo” e “Coisas policiais”, publicadas com certa periodicidade no *Jornal do Comércio*, de Manaus.

Como membros dessa parcela da população manauara, os estivadores não fugiram a essa regra. No que se refere, por exemplo ao lazer, nos poucos momentos em que a documentação dá a ver esses trabalhadores, eles estão exercitando práticas (como o jogo com apostas) que para alguns segmentos da sociedade manauara, e certamente para seus dirigentes, eram consideradas transgressões às regras e preceitos morais vigentes, inclusive sujeitas a inspeção e repressão policial.

De qualquer forma, fazer vir à tona esse mundo marginalizado da “Manaus antiga” só foi possível a partir de um difícil e paciente processo de recuperação de pequenos indícios, de fragmentos e de “pistas” que serviram de base para a montagem de um intrincado, porém prazeroso, quebra-cabeça.